



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO Nº : 0021800069/2007-72
UNIDADE AUDITADA : COBRA
CÓDIGO UG : 179013
CIDADE : BRASILIA
RELATÓRIO Nº : 190693
UCI EXECUTORA : 170130

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Chefe da CGU-Regional/DF,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 190693, e consoante o estabelecido na Seção I, Capítulo II da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão da COBRA TECNOLOGIA S.A.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos foram realizados por meio de testes, análises e consolidações de informações realizadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- a) AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS: Foram avaliados o grau de inserção da UJ nas diretrizes e prioridades do seu controlador, bem como o grau de continuidade das diretrizes, prioridades e objetivos - tendo em vista suas atribuições, definidas nos atos constitutivos; foram verificadas as metas definidas, diretrizes, visão, missão e objetivos que norteiam o seu planejamento estratégico e operacional.
- b) QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES: Foram identificados e avaliados os padrões de desempenho operacional, específicos para avaliar a eficácia, eficiência, economicidade, qualidade e efetividade da atuação da unidade; foram verificados a existência de rastreabilidade das causas das variações entre as metas previstas e os resultados alcançados e o acompanhamento das ações corretivas e preventivas adotadas.
- c) REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS: No suprimento das atividades-meio, foram verificadas as necessidades das aquisições de bens e das contratações de serviços; as fundamentações legais das

modalidades utilizadas e as inclusões dos itens necessários aos instrumentos contratuais; as realizações das inspeções internas e dos pagamentos efetuados no exercício de 2006; e as necessidades de fragmentação das contratações. No suprimento de peças de manutenção e reparos destinados às atividades-fim, foram verificadas a economicidade das contratações e das políticas de estoques adotadas, bem como, o grau de efetividade dos sistemas internos de planejamento e controle logístico.

d) **REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS:** Foram verificadas a política de recursos humanos, a força de trabalho disponível na UJ e os controles existentes sobre os processos de admissão, remuneração, aposentadoria e pensão, em especial quanto aos resultados decorrentes da execução dos procedimentos.

e) **ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA:** Foram analisados os relatórios, o planejamento anual da auditoria interna, a estrutura organizacional e as atividades realizadas.

f) **CONCESSÃO DE DIÁRIAS:** Foi verificada a regularidade dos procedimentos para concessão de diárias e passagens.

g) **SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES:** Foi verificada a regularidade das despesas elegíveis por cartão de pagamento.

Além destes itens definidos pela DN-TCU-81/2006, Anexo II, as seguintes áreas da gestão foram objeto de exame, resultando em informações e constatações registradas no Anexo- I "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório:

h) **GESTÃO ORÇAMENTÁRIA:** Foi verificado o cumprimento do Programa de Dispendios Globais.

i) **GESTÃO FINANCEIRA:** Foram verificados o gerenciamento dos recursos disponíveis da Unidade Jurisdicionada (UJ), a destinação dada aos recursos obtidos com o FIDC e o uso regular das despesas efetuadas por CPGF;

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo I "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes da conclusão deste Relatório de Auditoria. Os pontos listados no referido Anexo foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício e exame do processo de contas apresentado pela Unidade Auditada.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e pela DN-TCU-81/2006, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-81/2006, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

As linhas de atuação da Unidade Jurisdicionada (UJ), que foram adotadas no exercício, demonstraram o seu empenho em atender às demandas do seu controlador, o Banco do Brasil (BB) e de outros clientes de forma complementar.

Para isso, a Cobra possui as seguintes linhas de produtos e serviços:

a) a maior rede de Assistência Técnica integrada do País com 35 Centros de Assistência Técnica cobrindo 3.500 cidades e empregando

cerca de 670 técnicos, cuja operação cobre 150 mil equipamentos e possui "Help Desk" disponível 24h por dia, 7 dias por semana;

b) uma linha de processamento dos depósitos em cheque ou dinheiro realizados em terminais de auto-atendimento (ATMs) com total segurança e agilidade, garantindo o registro na conta corrente do beneficiário no mesmo dia através de processo baseado em imagem, cuja operação está estruturada em Vitória, Brasília e Goiânia, que processaram cerca de 12 milhões de envelopes em 2006;

c) uma linha de digitalização e microfilmagem que, em 2006, realizou a microfilmagem de cerca de 15 milhões de documentos mensais na unidade de Piraí-RJ, além de 45 milhões de cheques mensais em 15 sites espalhados pelo país;

d) gráficas, em São Paulo e Brasília, que realizaram cerca de 53 milhões de impressões (Faturas Ourocard, extratos de contas, extratos de fundos de investimentos, boletos de cobrança e tributos), em 2006;

e) uma linha de "Contact Centers" com três pólos. Um deles é a central de atendimento à clientes do BB, situada em Brasília, que, em 2006, reuniu 220 postos de "Help Desk" para a atendimento de 240 mil chamadas mensais, aproximadamente; os outros dois pólos estão situados em São Paulo e São José dos Pinhais - PR e prestam serviços de suporte técnico às redes de comunicação de dados e voz das centrais de atendimento do BB;

f) uma linha para produção de microcomputadores, cujo projeto piloto resultou, no segundo semestre de 2006, na comercialização de cerca de 2.000 unidades COBRA - marca Auria; e,

g) o estabelecimento de parcerias comerciais com grandes líderes de mercado, tais como: Microsoft, Cisco e Sun Microsystems.

O Plano Estratégico da Unidade Jurisdicionada (UJ) foi elaborado para, dentre outros objetivos, no período situado entre o início do 2º semestre de 2005 e dezembro de 2007, gerar economicidade para demonstrar a sua viabilidade econômica e estimular o seu controlador na adoção de medidas que contribuam para a superação das históricas limitações de recursos financeiros que vêm ameaçando a continuidade operacional da UJ nos últimos exercícios, conforme já abordado no Relatório de Avaliação da Gestão 2005 (RG 175072).

No referido Plano foram estabelecidas as diretrizes gerais da Empresa, para a geração da economicidade mediante a redução dos gastos provenientes dos riscos de crédito comercial, das suas despesas financeiras, operacionais, administrativas e com vendas, bem como, mediante a adoção de política de governança administrativa com o reforço no desenvolvimento de controles internos, em especial, na reformulação dos sistemas de comercialização, de formação dos preços, de controle de estoque, de locomoção de pessoal e de compras.

Não obstante que ações sistêmicas adicionais voltadas à governança corporativa ainda tenham que ser implementadas, tais como desenvolver um sistema de controle de custos industriais, a UJ demonstrou, a partir do resultado das ações implementadas em 2006, que está promovendo as condições para assegurar a economicidade de suas operações, obtendo lucro líquido de R\$ 2,5 milhões. Este fato assume maior relevo se considerarmos que a Empresa realizou lucro, embora modesto, em condições desfavoráveis, tendo que superar não somente as dificuldades administrativas que resultaram no prejuízo de R\$ 57,2 milhões no exercício anterior, como também, uma redução de 24,61% nas metas de faturamento, principalmente, devido à queda nas vendas de produtos ao seu controlador.

Ainda que, no exercício, o aprimoramento da governança corporativa da

UJ tenha propiciado as condições necessárias para garantir a sua economicidade, não há evidências que assegurem a continuidade de suas operações, visto que, para isto, seria necessária, também, a viabilidade financeira, que, até o presente, permanece comprometida pela retenção compulsória de tributos federais e pela insuficiência de capital de giro, conforme relatado no item 5.2.1.1 do RG 175072 e nos itens 2.2.1.1 e 5.1.1.1 deste Relatório.

Por outro lado, a mencionada viabilidade financeira da UJ depende, dentre outras medidas, do grau de interesse do seu controlador pela manutenção das operações da controlada, visto que as ações administrativas da UJ, embora atendam aos requisitos de natureza econômica, não propiciam os recursos financeiros suficientes para assegurar a sua viabilidade.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

O Relatório de gestão da UJ destacou os seguintes indicadores estratégicos para comparar o realizado com a meta planejada para o exercício e evidenciar a evolução histórica do grau de eficiência, eficácia e economicidade alcançado pela UJ:

TABELA I

Indicador Estratégico	Meta 2006	Realizado	%
Receita Operacional Líquida (R\$mil)	578392	436027	75,39
Margem Bruta	13,0 %	19,1 %	146,92
Retorno sobre Investimentos	30,0 %	13,92 %	46,40
Produtividade	10,0 %	4,6 %	46,00
Retorno sobre o capital próprio	15,0 %	14,62 %	97,47

Fonte: Relatório de Gestão

Fonte: Relatório de Gestão

A receita operacional líquida de R\$ 436,027 milhões foi menor que a meta de R\$ 578,392 milhões, estabelecida para o exercício, principalmente devido à queda nas vendas de produtos ao BB. Disto resultou a expressiva redução nos percentuais de retorno sobre o investimento e sobre o capital próprio e no percentual de produtividade.

Cabe destacar que houve significativo (46,92%) aumento no percentual de margem bruta, decorrente da maior seletividade nos negócios, de acordo com as novas diretrizes da empresa, e do aumento da participação das vendas de serviços em relação à venda de produtos, que diminuiu, conforme já mencionado.

Porém, analisando os indicadores apresentados, não foi possível evidenciar a efetiva realização do ciclo de Planejamento, Execução, Controle e Ação para o gerenciamento da rotina (ciclo PDCA), principalmente devido à ausência de um sistema gerencial de controle de custos capaz de gerar indicadores suficientemente decompostos para permitir rastreabilidade das causas dos problemas operacionais ocorridos durante as diversas etapas necessárias ao fornecimento dos produtos ou à prestação dos serviços comercializados. Cabe salientar, também, que os indicadores apresentados não permitem a aferição do grau de competitividade alcançado pela UJ em comparação com outras instituições de natureza semelhante.

RECOMENDAÇÃO: 001

Priorizar a implementação do controle dos custos operacionais das encomendas comerciais atendidas pela empresa, de modo a propiciar a geração de indicadores suficientemente decompostos para permitir a rastreabilidade das causas dos problemas operacionais ocorridos durante as diversas etapas necessárias ao fornecimento dos produtos e à prestação dos serviços, bem como, realizar com efetividade o ciclo PDCA de gerenciamento da rotina, em conformidade com a recomendação 8.1.1.2 do RG 175072.

RECOMENDAÇÃO: 002

Estabelecer indicadores para permitir a aferição do grau de competitividade alcançado pela UJ em comparação com outras instituições de natureza semelhante.

5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Em 2006, a UJ não realizou convênios com repasses de recursos financeiros.

5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Verificamos a regularidade das licitações e contratos voltados às atividades-meio, examinando sete Ordens de Compras, no valor total de R\$ 3.569.107,21 (três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e sete reais e vinte e um centavos).

Analisando as contratações para aquisição de peças de manutenção e contratação de serviços de reparo para as atividades-fim, verificamos a necessidade de aprimoramento nos procedimentos e na integração dos sistemas utilizados no planejamento, execução e controle logístico da UJ, conforme as constatações nos itens 4.1.2.1 e 4.2.1.1 que compõem o Anexo "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Observamos, também, o andamento das diversas melhorias gerenciais na sistemática de compras, objetivando uma maior agilidade e eficiência, com a substituição do Pregão Presencial pelo Pregão Eletrônico, o treinamento do pessoal, o aprimoramento das normas internas, o aumento no grau de centralização, e a utilização de novas facilidades do Sistema Corporativo de Informação Operacional - ERP (Enterprise Resource Planning).

As mencionadas normas estabelecem procedimentos de conformidade para que sejam evitadas as possíveis falhas nos processos de compra, em tempo hábil.

A Tabela II apresenta as aquisições de bens e contratações de serviços realizadas pela UJ, no exercício de 2006:

TABELA II

ATIVIDADE	MODALIDADE	Nº PROCESSOS	VALOR (R\$1,00)
MEIO	Pregão	36	4.499.108,63
	Convite	25	1.141.555,65
	Dispensa	112	16.590.589,30
	Inexigibilidade	68	3.654.989,12
	Total	241	25.886.242,70
FIM	Inexigibilidade	2860	295.620.029,09

Fonte: Informações do gestor.

Nela podemos verificar os totais de contratações efetuadas, por modalidade de licitação, para atender às necessidades das atividades-meio, que somaram R\$ 25.886.242,70 (vinte e cinco milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

Devido à natureza comercial da Empresa auditada, foram bem mais expressivas as contratações voltadas às atividades finalísticas da UJ, que atingiram a R\$ 295.620.029,09 (duzentos e noventa e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, vinte e nove reais e nove centavos). Nessas contratações decorrentes das suas atividades-fim, enquanto não editada a lei a que se refere o art. 173, § 1º, da Constituição Federal, com base em pareceres jurídicos e na jurisprudência do TCU (Decisão plenária - TCU-010.124/95 e Acórdãos 121/98 e 1390/2004), a COBRA exclui a obrigatoriedade de realizar processo licitatório, segundo a Lei 8.666/93.

5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Verificamos a regularidade da gestão de pessoal, ressalvada a necessidade de atendimento às recomendações registradas nos itens 3.1.2.2 e 3.2.2.1 do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório, cujas causas decorrem das mudanças organizacionais procedidas em exercícios anteriores, conforme já registrado no Relatório de Avaliação da Gestão 2005 (RG 175072).

A UJ está reorganizando os seus procedimentos e utilizando as facilidades do sistema ERP na gestão de pessoal da UJ, mas, dada a sua natureza de agente econômico que atua no mercado competitivo de informática, que exige alto grau de dinamismo e flexibilidade, há dificuldades naturais nas formulações das políticas de pessoal e no estabelecimento e dimensionamento do quadro permanente de cargos de carreira da UJ, considerado um longo horizonte de tempo.

É forçoso considerar que parcela dos negócios da Empresa está submetida às incertezas de mercado, em especial, os do ramo de informática aplicada aos serviços bancários.

Certamente é pequena a parcela das atividades cuja demanda é estável no longo-prazo, em comparação com um número maior de demandas de curto ou médio-prazo, vinculadas à maioria dos contratos comerciais para atender a projetos ou a serviços, que são sujeitos à competição e à grande flutuação na demanda.

Nesse sentido, sem desprezo aos danos intangíveis impostos ao clima moral da organização provocados pelas demissões e em atendimento ao princípio da eficiência que rege a Administração Pública, é necessário que sejam avaliados os custos das futuras causas de natureza trabalhista e os conseqüentes ônus decorrentes de naturais demissões que ocorrem nas freqüentes alterações e encerramentos dos contratos com os seus clientes.

Portanto, é importante considerar esta situação peculiar, que se repercute em todas as áreas de gestão da UJ, particularmente nas normas que regem a contratação de pessoal, tendo em vista, por um lado, a necessidade de flexibilidade para atender às incertezas do mercado e, por outro, à necessidade de observar os princípios constitucionais da Administração Pública, dos quais deriva a seleção via concurso público para a ocupação dos cargos efetivos, restando o livre provimento para as funções de confiança (DAS) e a contratação de

empresas para a prestação de serviços, observada a legislação aplicável.

Para o provimento das funções de confiança (DAS), quando não dispõe de efetivo próprio, a UJ seleciona empregados diretamente do mercado ou os requisita do seu controlador, segundo um convênio existente entre as duas instituições. No entanto, este convênio possui cláusulas consideradas anti-econômicas à UJ, dando ensejo à constatação do item 7.1.3.2 constante no Relatório de Avaliação da Gestão 2005 (RG 175072), cuja recomendação permanece pendente de implementação, visto que a UJ discorda da recomendação, restando a apreciação final do Tribunal de Contas da União.

Para atendimento às demais necessidades de mão-de-obra administrativa, técnica e operacional, quando não dispõe de quadro próprio, a UJ contrata os serviços de empresas locadoras de mão-de-obra. Desta forma, para atender aos princípios da Administração Pública, a contratação desse tipo de empresa não pode substituir empregados efetivos, selecionados mediante concurso público para ocupação dos cargos pertencentes à estrutura do Plano de Cargos e Salários da Empresa.

Para observar tais princípios, a UJ definiu os cargos pertencentes a sua estrutura de carreira e, no 2º semestre de 2006, realizou um concurso público, de forma a reduzir despesas operacionais e administrativas, substituindo parcela do pessoal terceirizado, preenchendo o seu quadro de lotação, aprovado pelo DEST.

No referido concurso, selecionou candidatos para formação de cadastro de reserva, oitenta deles foram selecionados para admissão em 2007, nos cargos básicos da estrutura única de carreira da empresa, segundo modelo semelhante ao adotado pelo seu controlador.

5.6 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A UJ não mantém plano de previdência complementar para os seus empregados.

5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Conforme consulta ao site do Tribunal de Contas e informações do gestor, no exercício, não foram expedidas determinações à UJ.

5.8 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A UJ não geriu recursos de projetos ou programas financiados com recursos externos e/ou em cooperação com organismos internacionais.

5.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da COBRA (AUDIT) planejou e executou regularmente suas atividades, para o aprimoramento dos processos de controles interno e externo, realizando o acompanhamento das recomendações efetuadas pelos diversos órgãos de controle para o atendimento da UJ. A TABELA III expressa a situação atual do grau de atendimento às mencionadas orientações:

TABELA III

RECOMENDAÇÕES	ATENDIDAS	EM ANDAMENTO	DISCORDÂNCIAS	TOTAL
AUDITORIA BB	72	59	0	131
AUDITORIA COBRA	17	8	0	25
TCU	0	0	0	0
CGU	17	30	1	48
CONAD	25	9	0	36
COFIS	15	0	0	15
TOTAL	148	106	1	255

Fonte: Parecer e Relatórios do gestor.

A AUDIT está vinculada ao Conselho de Administração de modo a desempenhar suas atribuições com mais abrangência e com o grau adequado de independência, compatível com sua principal função, a de assessoramento à administração superior da Entidade.

Do Relatório Anual de Auditoria Interna destacamos que encontra-se em curso a aplicação de ações saneadoras acordadas entre a Auditoria e as Gerências das áreas envolvidas para dar continuidade à superação das fragilidades históricas detectadas nos controles sobre as transações. Após terem sido superadas diversas impropriedades, as seguintes continuam sendo objeto de ações especiais de controle:

- Confiabilidade dos registros contábeis e financeiros, referentes a importâncias a receber e a pagar;
- Regularidade dos pagamentos a prestadores de serviços técnicos especializados;
- Regularidade dos pagamentos de Benefícios;
- Formalização da relação comercial com fornecedores; e,
- Peças de reposição em estoque e em poder de técnicos de manutenção.

5.10 CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Com o objetivo de minimizar despesas e garantir maior controle dos gastos com viagens, hospedagens e deslocamentos de pessoal, que são realizadas, principalmente, para o atendimento ininterrupto das atividades-fim e verificando a necessidade de aprimorar o controle das concessões de diárias (passagens e hospedagens) que atendia apenas aos aspectos financeiros e contábeis, com base nos dados provenientes do controle efetuado pela BBTUR, sua contratada, a UJ estabeleceu novas regras de negócio e desenvolveu o Módulo de Locomoção para controle das concessões de diárias, que foi implementado em agosto de 2006. Portanto, no exercício, o gestor promoveu as ações requeridas para normatizar e assegurar economicidade e regularidade às concessões de diárias.

5.11 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

A UJ realizou despesas no valor total de R\$ 4.493,89 (quatro mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos), utilizando-se de cartões de crédito corporativos em conformidade com as suas normas internas.

5.12 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo-'Demonstrativo das Constatações', não tendo sido identificada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília , 19 de Junho de 2007



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CERTIFICADO N.º : 190693
UNIDADE AUDITADA : COBRA
CÓDIGO : 179013
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO N.º : 00218.000069/2007-72
CIDADE : RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2006 a 31Dez2006.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria. Os gestores citados no Relatório estão relacionados nas folhas 0003 a 0007, deste processo.

3. Diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n.º 189852, houve gestores cujas contas foram certificadas como regulares com ressalvas. O fato que ensejou tal certificação foi o seguinte:

3.1 Impropriedades

4.2.1.1

Baixo índice de rotatividade dos estoques de peças de reposição e reparos dos sobressalentes, acarretando riscos adicionais de perdas por obsolescência e aumento no volume do capital de giro aplicado.

Rio de Janeiro, 27 DE JUNHO DE 2007

MARISA PIGNATARO
CHEFE DA CGU-REGIONAL/RJ - SUBSTITUTA



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 190693
EXERCÍCIO : 2006
PROCESSO N° : 00218.000069/2007-72
UNIDADE AUDITADA : COBRA
CÓDIGO : 179013
CIDADE : RIO DE JANEIRO

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referentes ao período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU n.º 555, de 28 de dezembro de 2006, que aprovou a Norma de Execução n.º 03, de 28 de dezembro de 2006, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, de junho de 2007.

MARCOS LUIZ MANZOCHI
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA ECONÔMICA